

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.237 - SP (2019/0297017-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : ANDREI JOSE FAIOLI SACOMAN**  
**ADVOGADO : MARCO AURELIO CAPELLI ZANIN - SP286248**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ANDREI JOSE FAIOLI SACOMAN**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Em consulta ao sistema de informações processuais desta Corte Superior de Justiça, constata-se que a pretensão deduzida neste *habeas corpus* está sendo analisada nos autos do HC n. 528.436/SP, impetrado em favor de ANDREI JOSE FAIOLI SACOMAN.

Tal circunstância evidencia a impossibilidade de se dar seguimento à presente insurgência, em respeito ao princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais, já que se trata de mera reiteração de pedido já submetido à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. PRETENSÃO IDÊNTICA ANALISADA NO HC N. 248.657/MG. APELO NOBRE PREJUDICADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. A reavaliação do regime inicial do cumprimento da pena foi objeto do julgamento do Habeas Corpus n. 248.657/MG, inclusive sob o enfoque do artigo 33, § 3º, do CP, como postulado pelo recorrente no recurso especial, restando, dessa forma, prejudicado o seu julgamento.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no REsp 1374580/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015);*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA VENTILADA NO RESP JÁ ANALISADA E DECIDIDA EM PRÉVIO HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. IMPOSSIBILIDADE.*

*AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Se a matéria já foi devidamente analisada e decidida em prévio habeas corpus, nega-se seguimento ao recurso especial interposto, ante a inadmissibilidade de simples reiteração de pedidos.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 633.210/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 13/04/2015).*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator

